

Relatório Trimestral de Execução Orçamental

**1.º Trimestre
2026**



**Sociedade de Desenvolvimento
do Norte da Madeira S.A.**

Índice

1.	INTRODUÇÃO	2
2.	ATIVIDADE	3
2.1.	PARQUE TEMÁTICO DA MADEIRA	3
2.2.	PISCINAS NATURAIS DO SEIXAL	6
3.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	7
3.1.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	7
3.2.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA	10
4.	EXECUÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS	14
5.	RECEITAS OPERACIONAIS	16
6.	GASTOS OPERACIONAIS	17
6.1.	FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	17
6.2.	GASTOS COM PESSOAL	19
6.3.	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS	20
6.4.	BALANÇO	21
6.5.	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	22
7.	INFORMAÇÕES ADICIONAIS	23
7.1.	PESSOAL	23
7.2.	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA COMERCIAL	24
7.3.	EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DOS RECEBIMENTOS	24
7.4.	EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS	24
8.	CONCLUSÃO	25

1. Introdução

O Decreto Legislativo Regional n.º 9/2001/M, de 10 de maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2002/M, de 16 de julho, criou a Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. (SDNM), como meio alternativo de intervenção ao nível local, complementar à intervenção do Governo Regional e das câmaras municipais, concorrendo para o desenvolvimento integrado e equilibrado dos três concelhos do Norte da ilha da Madeira.

A SDNM é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos que prossegue fins de interesse público e tem por objeto social a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural dos concelhos de Porto Moniz, São Vicente e Santana.

Paralelamente, a partir de 2014 a SDNM, S.A., por efeitos das Contas Nacionais, integra o perímetro da Administração Pública Regional como empresa pública reclassificada, a sua atuação passou a ser enquadrada também pelas regras definidas para as Empresas Reclassificadas do Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

A SDNM tem a sua atividade e funcionamento enquadrados pelo disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho de 2021, que estabelece o regime jurídico do sector empresarial da Região Autónoma da Madeira, pelos seus diplomas de criação, respetivos estatutos e pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

Em conformidade com o n.º 2 do artigo 24.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, os titulares dos órgãos de administração das empresas públicas regionais respondem perante o titular da função acionista pelos resultados obtidos com a gestão empreendida, apresentando para o efeito relatórios trimestrais fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento, devendo este incluir o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, doravante designado por plano de atividades e orçamento.

Paralelamente, a alínea e) do n.º 1 do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril de 2016, determina que seja realizado trimestralmente o reporte das contas das empresas que

compõem o Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM), mediante o envio à Inspeção Regional de Finanças e à Direção Regional do Orçamento e Tesouro, acompanhado do Relatório do Fiscal Único.

Assim, passamos a relatar as atividades, investimento e execução orçamental do primeiro trimestre de 2026 na perspetiva da contabilidade pública e também na perspetiva do SNC-AP.

2. Atividade

A SDNM rentabiliza os ativos que lhe estão afetos, através da conceção, promoção, construção, gestão e administração de ativos. Neste âmbito, existem diversos empreendimentos que são de gestão direta, nomeadamente:

2.1. Parque Temático da Madeira

O Parque Temático da Madeira, localizado em Santana, símbolo do património cultural regional e etnográfico, procura aliar a vertente didática e de transmissão de conhecimento a uma vertente de entretenimento, integrando uma componente lúdica e de diversão com recurso às novas tecnologias da imagem e interatividade.

Para além destas valências, o parque assume-se como um espaço de valorização das tradições madeirenses, proporcionando aos visitantes uma viagem pelas vivências, costumes e ofícios antigos da ilha. A recriação de ambientes rurais, com destaque para as emblemáticas casas de colmo de Santana, e as demonstrações de artesanato — como o bordado, a cestaria e os trabalhos em vime — permitem um contacto direto com a identidade cultural da Madeira. A componente gastronómica complementa esta experiência, oferecendo sabores típicos da gastronomia madeirense, reunindo tradição e paladar num só espaço.

No quadro infra, apresentamos a evolução da atividade:

QUADRO 1 – VARIAÇÃO DE VISITANTES – 1.º TRIMESTRE

Visitantes	1.º Trimestre		Variação 2026/2025	
	2025	2026	N.º	%
Gratuitas	3 491	2 186	-1 305	-37,38%
Tudo Incluído	4 299	3 069	-1 230	-28,61%
Agência de Viagens	83	107	24	28,92%
Escolas	208	177	-31	-14,90%
Instituições	80	5	-75	-93,75%
Acesso Jardim	7 923	6 146	-1 777	-22,43%
Criança/Jardim	343	626	283	82,51%
TOTAL	16 427	12 316	-4 111	-25,03%

Fonte: Parque Temático da Madeira

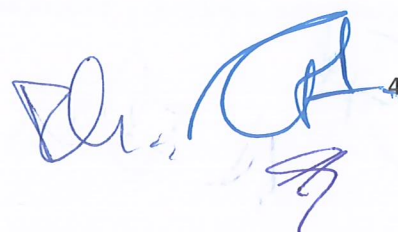
Verificou-se uma diminuição global de visitantes, em cerca de 25,03%, com exceção do número de visitantes enviados através das agências de viagens, com um incremento de 28,92% e da visita de crianças ao espaço, com um incremento de 82,51%.

A redução verificada fica a dever-se essencialmente a:

- Redução da procura espontânea do turismo (especialmente “Acesso Jardim”), quando no Centro de Santana existem as Casinhas com visita gratuita;
- Menor adesão de famílias (apesar do crescimento em criança/jardim, o efeito pode ser desigual);
- Fragilidade financeira das instituições regionais neste primeiro trimestre – Casas do Povo, Centros de Dia;
- Condições atmosféricas adversas neste primeiro trimestre (em particular no norte da ilha), que reduziram o fluxo turístico;

No entanto, existem vários fatores que poderão estar a contribuir para o decréscimo observado, exigindo uma resposta estruturada ao nível da renovação e valorização da oferta:

- Renovação ao nível dos conteúdos disponibilizados, situação que será colmatada através de um plano de atualização e introdução de novas experiências, alinhado com os investimentos previstos para reforçar a atratividade do espaço;





- Perceção de repetição da experiência por parte dos visitantes, a qual se pretende mitigar com a dinamização contínua de conteúdos e programação, promovendo maior diversidade e incentivando visitas de repetição;
- Aumento da concorrência direta na região, com o surgimento de novas ofertas de lazer, culturais e infantis, particularmente na cidade do Funchal, pelo que existe necessidade de reposicionamento do Parque enquanto oferta diferenciadora no âmbito da cultura e tradição.

Adicionalmente, identificam-se condicionantes operacionais e de oferta com impacto relevante, para as quais estão já previstas intervenções específicas, com início no corrente ano:

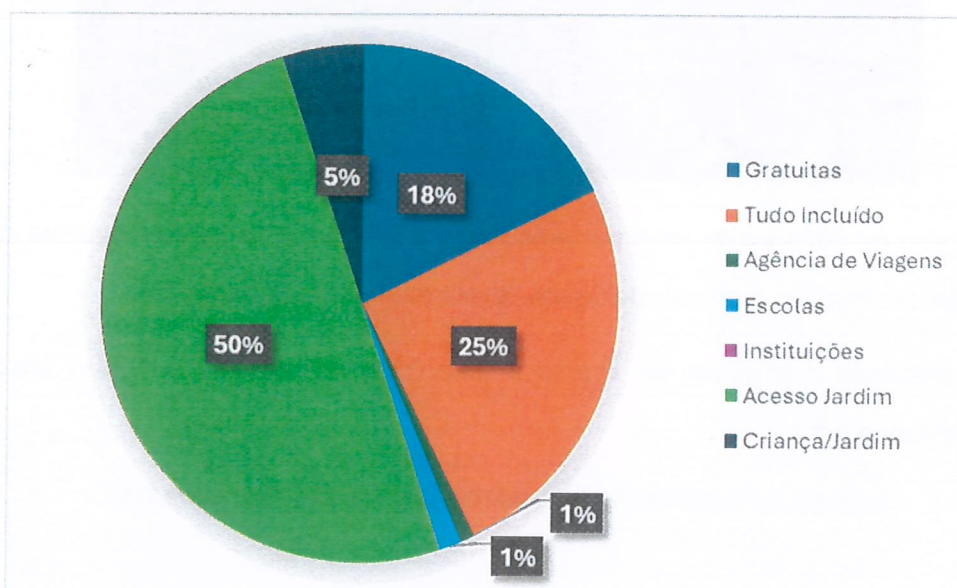
- Comboio, uma das atrações com elevada procura transversal a diferentes segmentos. A sua substituição encontra-se enquadrada no plano de investimentos, com aquisição prevista para 2026, permitindo recuperar um elemento-chave da experiência;
- Encerramento do pavilhão “Um Mundo de Ilhas – As Ilhas no Mundo”, cuja reabertura será considerada no âmbito das intervenções de requalificação, atendendo à sua relevância para o público estrangeiro e escolar;
- Conteúdo atualmente inadequado da atração “Viagem Fantástica”, estando prevista a atualização de conteúdos, com vista ao aumento da qualidade e da satisfação dos visitantes;
- O espaço “Quintinha do Parque” – prevê-se a requalificação, em parceria com a Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, bem como a Associação de Compartes Ilha Autêntica, de forma a melhorar as condições e a experiência proporcionada.

Este conjunto de medidas insere-se numa estratégia mais ampla de investimento e revitalização do Parque, orientada para a modernização da oferta, reforço da competitividade e aumento da satisfação dos visitantes.

Neste enquadramento, assume particular relevância o investimento significativo previsto (conforme ponto 4 – Execução do Plano de Investimentos), já a partir do corrente ano,

orientado para a modernização dos conteúdos e para a requalificação das infraestruturas. Este investimento será determinante para revitalizar o Parque, introduzir inovação e reforçar a sua atratividade, alinhando a oferta com as expectativas atuais do público e com as tendências do setor.

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS VISITANTES DO PARQUE TEMÁTICO DA MADEIRA



Fonte: Parque Temático da Madeira

2.2. Piscinas Naturais do Seixal

As Piscinas Naturais do Seixal, compostas pela Poça Mata Sete e pela Poça das Lesmas são um excelente cartaz turístico, amplamente divulgado internacionalmente, nomeadamente através do [Site oficial do Turismo da Madeira](#), mas que fruto da perigosidade do mar do norte, exige uma vigilância e atenção constantes ao longo do ano, asseguradas pelo SANAS Madeira.

Tem sido um local escolhido para várias gravações de vídeos, anúncios publicitários, sendo que a afluência aumentou após a gravação da Série “The Acolyte” - Star Wars, da Netflix, com a divulgação mundial.



Desde fevereiro de 2025 existe uma parceria entre a SDNM e a Junta de freguesia do Seixal para a gestão das Piscinas Naturais do Seixal, localizadas naquela freguesia.

Está a ser efetuado o controlo de acesso à área, cujo número de entradas encontra-se plasmado no mapa infra:

QUADRO 2 – UTENTES PISCINAS NATURAIS DO SEIXAL – 1.º TRIMESTRE

Mês	N.º de utentes					Grupos	Viaturas
	Adultos (1)	Crianças (2)	Isentos (3)	TOTAL (4)=(1)+(2)+(3)	Média diária (5)=(4)/n.º dias mês		
Janeiro	746	34	26	806	26	24	24
Fevereiro	2 320	181	66	2 567	92	233	95
Março	1 376	30	45	1 451	47	79	37
TOTAL	4 442	245	137	4 824	55	336	156

Fonte: Junta de Freguesia do Seixal

A área dispõe de prestação de serviços por parte de nadadores-salvadores durante todo o ano.

Dispõe ainda de instalações sanitárias e um bar de apoio.

3. Execução Orçamental por Classificação Económica

3.1. Execução Orçamental da Receita

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da receita no primeiro trimestre de 2026:



QUADRO 3 – RESUMO DA RECEITA – 1.º TRIMESTRE

RESUMO DA RECEITA - SDNM			
RECEITAS CORRENTES	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO VALOR	%
Transferências Correntes	300 000,00	0,00	0,00%
Receitas Correntes	1 171 934,00	191 493,05	16,34%
Outras Receitas Correntes	3 086,00	1 705,37	55,26%
SUBTOTAL	1 475 020,00	193 198,42	13,10%
RECEITAS CAPITAL			
Venda de Bens de Investimento	189 000,00	0,00	0,00%
Transferências de Capital	4 181 000,00	0,00	0,00%
Ativos Financeiros	764 332,00	0,00	0,00%
SUBTOTAL	5 134 332,00	0,00	0,00%
Saldo Gerência Anterior	2 564 433,00	2 564 431,80	100,00%
SUBTOTAL	2 564 433,00	2 564 431,80	100,00%
TOTAL	9 173 785,00	2 757 630,22	30,06%

Fonte: Unidade de Gestão Financeira

Conforme se pode verificar, a execução orçamental da receita no primeiro trimestre de 2026 apresentou uma variação positiva de 30,06%.

As Receitas Correntes tiveram uma execução de 13,10% e as Receitas de Capital uma execução nula.

Nas Receitas de Capital, na rubrica Transferências de Capital, verificou-se uma execução nula, uma vez que ainda não foram recebidas verbas ao abrigo dos diversos contratos programa a celebrar e já celebrados, estando neste último caso, em fase de procedimentos concursais para as prestações de serviços necessárias.

A rubrica de Ativos Financeiros não teve ainda qualquer execução, tendo em conta que até então, não houve a receção de prestações acessórias para fazer co comparticipar nos custos com pessoal.

Analisando a execução orçamental da receita, na perspetiva da fonte de financiamento, verificamos que os valores recebidos resultaram de:

- Receitas Próprias (FF 513) – 7,01%
- Saldo de Gerência (FF 382 e FF 522) – 92,99%.

8

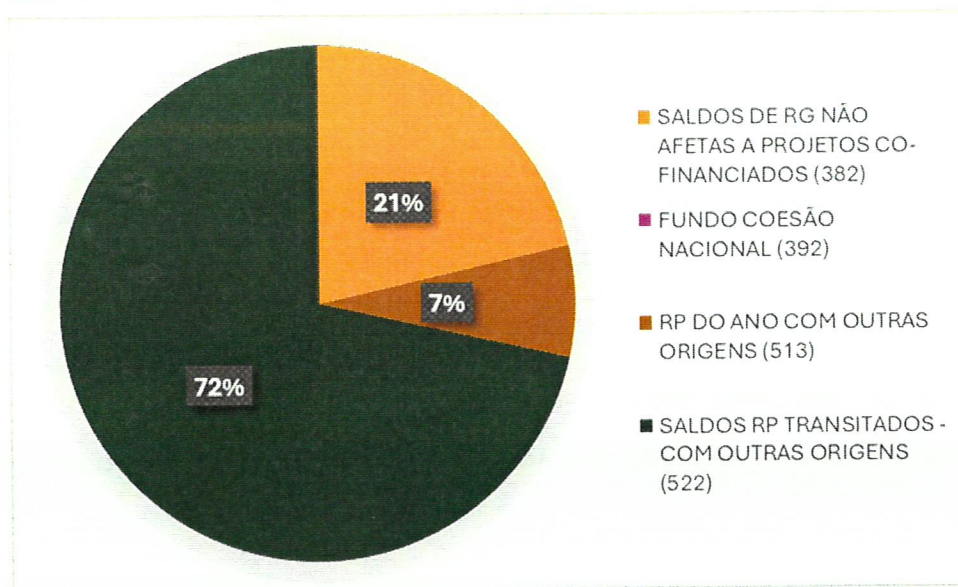
O saldo de gerência encontra-se totalmente integrado.

QUADRO 4 – RESUMO DA RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 1.º TRIMESTRE

RESUMO DA RECEITA- SDNM			
FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO	
	CORRIGIDO	VALOR	%
RI NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (311)	764 332,00	0,00	0,00%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	591 217,00	591 217,00	100,00%
RG JOGOS SOCIAIS (387)	500 000,00	0,00	0,00%
RG - INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS	300 000,00	0,00	
FUNDO COESÃO NACIONAL (392)	2 670 000,00	0,00	0,00%
FEDER - MADEIRA 2030 (4MA)	600 000,00	0,00	0,00%
FUNDO COESÃO - PACS 2030 (4MC)	411 000,00	0,00	0,00%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	1 364 020,00	193 198,42	14,16%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	1 973 216,00	1 973 214,80	100,00%
TOTAL	9 173 785,00	2 757 630,22	30,06%

Fonte: Unidade de Gestão Financeira

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DA EXECUÇÃO DA RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO



Fonte: Unidade de Gestão Financeira

[Handwritten signature]

QUADRO 5 – RESUMO DA VARIAÇÃO DA RECEITA – 1.º TRIMESTRE

RESUMO DA RECEITA				
RECEITAS CORRENTES	EXECUÇÃO 1.º TRIMESTRE		VARIAÇÃO	
	2025	2026	VALOR	%
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,0%
Receitas Correntes	180 293,98	191 493,05	11 199,07	6,2%
Outras Receitas Correntes	350,51	1 705,37	1 354,86	386,5%
SUBTOTAL	180 644,49	193 198,42	12 553,93	6,9%
RECEITAS CAPITAL				
Transferências de Capital	8 358,97	0,00	-8 358,97	-100,0%
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,0%
SUBTOTAL	8 358,97	0,00	-8 358,97	-100,0%
Saldo Gerência Anterior	2 714 323,84	2 564 431,80	-149 892,04	-5,5%
SUBTOTAL	2 714 323,84	2 564 431,80	-149 892,04	-5,5%
TOTAL	2 903 327,30	2 757 630,22	-145 697,08	-5,0%

Fonte: Unidade de Gestão Financeira

Conforme se pode verificar, a variação orçamental da receita no primeiro trimestre de 2026 foi de negativa, na ordem dos 5,0%.

As Receitas Correntes apresentam um crescimento de 6,9%, comparativamente ao período análogo.

As Receitas de Capital, tiveram uma execução nula.

A rubrica de Ativos Financeiros não teve ainda qualquer execução, tendo em conta que até então não houve prestações acessórias, para fazer face a despesas correntes, mormente os custos com pessoal.

3.2. Execução Orçamental da Despesa

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da despesa no primeiro trimestre de 2026:

10

QUADRO 6 – RESUMO DA DESPESA – 1.º TRIMESTRE

RESUMO DA DESPESA - SDNM			
DESPESAS CORRENTES	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO VALOR	%
Despesas com Pessoal	1 624 206,00	285 525,27	17,58%
Aquisição Bens Serviços	1 201 613,00	18 964,67	1,58%
Juros e Outros Encargos	500,00	0,31	0,06%
Administração Regional	10 000,00	332,92	3,33%
Outras Despesas Correntes	250 000,00	9 643,98	3,86%
SUBTOTAL	3 086 319,00	314 467,15	10,19%
DESPESAS CAPITAL			
Aquisição Bens Capital	6 087 466,00	0,00	0,00%
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00%
SUBTOTAL	6 087 466,00	0,00	0,00%
TOTAL	9 173 785,00	314 467,15	3,43%

Fonte: Unidade de Gestão Financeira

A execução orçamental da despesa no primeiro trimestre de 2026 foi de 3,43%, sendo que as Despesas Correntes apresentam uma execução de 10,19%, enquanto as Despesas de Capital tiveram uma execução nula.

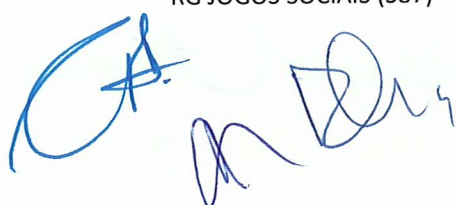
A rubrica Despesas com Pessoal, registou uma execução de 17,58%.

A rubrica Aquisição de Bens e Serviços teve uma execução de 1,58%, justificada pela redução das despesas correntes.

A rubrica Administração Regional reflete o valor despendido com a colocação de dois programas de emprego na área da limpeza, promovido pelo Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM.

QUADRO 7 – RESUMO DA DESPESA POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 1.º TRIMESTRE

RESUMO DA DESPESA - SDNM			
FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO VALOR	%
RI NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (311)	764 332,00	0,00	0,00%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	591 217,00	154 400,54	26,12%
RG JOGOS SOCIAIS (387)	500 000,00	0,00	0,00%



RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 1º Trimestre 2026



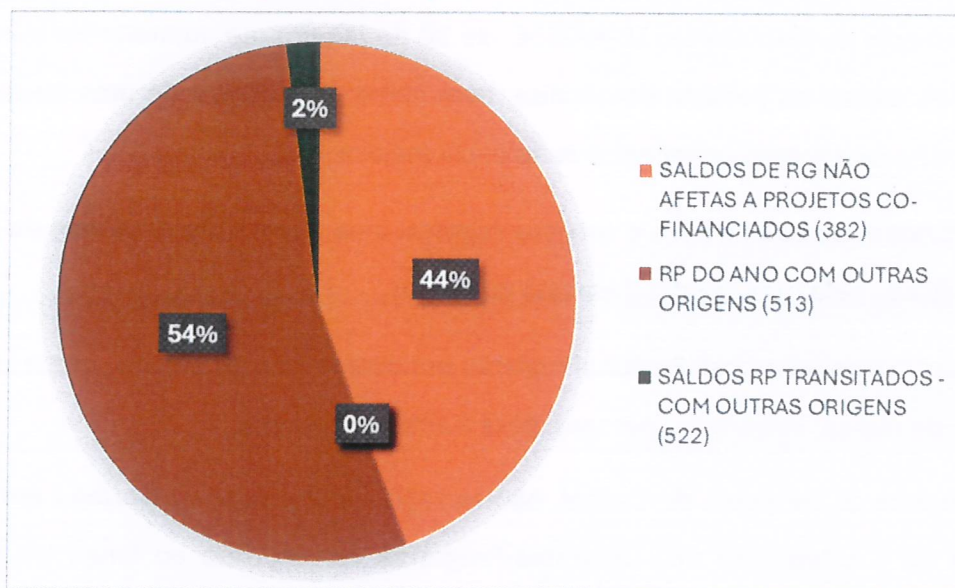
RESUMO DA DESPESA - SDNM

FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO	
	CORRIGIDO	VALOR	%
RG - INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS	300 000,00	0,00	0,00%
FUNDO COESÃO NACIONAL (392)	2 670 000,00	0,00	0,00%
FEDER - MADEIRA 2030 (4MA)	600 000,00	0,00	0,00%
FUNDO COESÃO - PACS 2030 (4MC)	411 000,00	0,00	0,00%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	1 364 020,00	154 109,37	11,30%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	1 973 216,00	5 957,24	0,30%
TOTAL	9 173 785,00	314 467,15	3,43%

Fonte: Unidade de Gestão Financeira

Analisando a execução orçamental da despesa, na perspectiva da fonte de financiamento, verificamos que a despesa com recurso às Receitas Próprias (FF 513) representa 49,01% do total executado, e do Saldo de Gerência (FF 382 e FF 522) – 50,99% do total executado.

GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE FINANCIAMENTO



Fonte: Unidade de Gestão Financeira

QUADRO 8 – RESUMO DA VARIAÇÃO DA DESPESA – 1.º TRIMESTRE

RESUMO DA DESPESA				
DESPESAS CORRENTES	EXECUÇÃO 1.º TRIMESTRE		VARIAÇÃO	
	2025	2026	VALOR	%
Despesas com Pessoal	214 509,52	285 525,27	71 015,75	33,11%
Aquisição Bens Serviços	32 729,11	18 964,67	-13 764,44	-42,06%
Juros e Outros Encargos	0,99	0,31	-0,68	-68,69%
Administração Regional	1 285,26	332,92	-952,34	-74,10%

**RELATÓRIO TRIMESTRAL DE
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
1º Trimestre 2026**



RESUMO DA DESPESA				
DESPESAS CORRENTES	EXECUÇÃO 1.º TRIMESTRE		VARIAÇÃO	
	2025	2026	VALOR	%
Outras Despesas Correntes	7 471,99	9 643,98	2 171,99	29,07%
SUBTOTAL	255 996,87	314 467,15	58 470,28	22,84%
DESPESAS CAPITAL				
Aquisição Bens Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL	255 996,87	314 467,15	58 470,28	22,84%

Fonte: Unidade de Gestão Financeira

No que respeita à variação das Despesas Correntes:

- A rubrica despesas com pessoal registou um aumento de 33,11%, comparativamente ao período homólogo de 2025, essencialmente devido à atualização salarial decorrente do Decreto-Lei 29-A/2026, de 30 de janeiro, ao aumento do número de órgãos sociais no período em análise, bem como ao regresso de uma trabalhadora que no ano transato se encontrava de baixa médica.
- A rubrica aquisição de bens e serviços registou uma diminuição na ordem de 42,06%, justificada pela redução das despesas correntes.
- A rubrica Administração Regional registou um decréscimo de 74,10%, pois apenas, no mês de março, iniciaram 2 pessoas, para a área de limpeza.

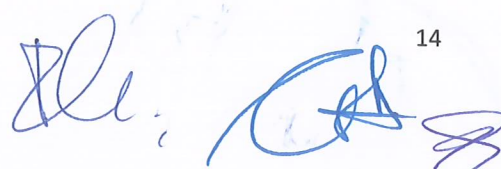
No que concerne às Despesas de Capital, não se registou execução no período em análise, em virtude de a celebração dos Contratos-Programa ter ocorrido ao longo do primeiro trimestre, encontrando-se, adicionalmente, em curso os procedimentos concursais necessários à concretização dos investimentos previstos para 2026.

4. Execução do Plano de Investimentos

Os investimentos apresentaram a evolução financeira abaixo indicada:

Projeto/Designação	Orçamento Inicial 2026	Orçamento Corrigido	Dotação Cabimentada	Valor Executado	% de Execução
52 753	300 000,00 €	300 000,00 €	- €	- €	0%
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PARQUE TEMÁTICO DA MADEIRA / CENTRO CÍVICO DE SANTANA	300 000,00 €	300 000,00 €	- €	- €	0%
4MA	300 000,00 €	300 000,00 €	- €	- €	0%
52 756	10 000,00 €	10 000,00 €	- €	- €	0%
REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA	10 000,00 €	10 000,00 €	- €	- €	0%
513	10 000,00 €	10 000,00 €	- €	- €	0%
52 757	18 300,00 €	18 300,00 €	- €	- €	0%
EQUIPAMENTO BÁSICO - SDNM	18 300,00 €	18 300,00 €	- €	- €	0%
513	18 300,00 €	18 300,00 €	- €	- €	0%
52 758	24 400,00 €	24 400,00 €	- €	- €	0%
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA - SDNM	24 400,00 €	24 400,00 €	- €	- €	0%
513	24 400,00 €	24 400,00 €	- €	- €	0%
52 759	3 050,00 €	3 050,00 €	- €	- €	0%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO - SDNM	3 050,00 €	3 050,00 €	- €	- €	0%
513	3 050,00 €	3 050,00 €	- €	- €	0%
53 310	975 000,00 €	975 000,00 €	- €	- €	0%
REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E ATUALIZAÇÃO DE CONTEUDOS DO PARQUE TEMÁTICO DA MADEIRA	975 000,00 €	975 000,00 €	- €	- €	0%
387	500 000,00 €	500 000,00 €	- €	- €	0%
392	450 000,00 €	450 000,00 €	- €	- €	0%
513	25 000,00 €	25 000,00 €	- €	- €	0%
53 641	411 000,00 €	472 635,00 €	- €	- €	0%
CONTENÇÃO DO RIBEIRO E OTIMIZAÇÃO DO SISTEMA DE RECOLHA DE ÁGUAS PLUVIAIS DO PARQUE TEMÁTICO DA MADEIRA	411 000,00 €	472 635,00 €	- €	- €	0%

14



**RELATÓRIO TRIMESTRAL DE
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
1º Trimestre 2026**



Projeto/Designação	Orçamento Inicial 2026	Orçamento Corrigido	Dotação Cabimentada	Valor Executado	% de Execução
522	- €	61 635,00 €	- €	- €	0%
4MC	411 000,00 €	411 000,00 €	- €	- €	0%
53 667	15 000,00 €	15 000,00 €	- €	- €	0%
REABILITAÇÃO DO COMPLEXO BALNEAR DE SÃO JORGE	15 000,00 €	15 000,00 €	- €	- €	0%
513	15 000,00 €	15 000,00 €	- €	- €	0%
53 677	170 000,00 €	203 000,00 €	16 470,00 €	- €	0%
REABILITAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DA FOZ DA RIBEIRA DO FAIAL	170 000,00 €	203 000,00 €	16 470,00 €	- €	0%
392	150 000,00 €	150 000,00 €	13 500,00 €	- €	0%
513	20 000,00 €	20 000,00 €	- €	- €	0%
522	- €	33 000,00 €	2 970,00 €	- €	0%
53 679	50 000,00 €	61 000,00 €	- €	- €	0%
IMPLEMENTAÇÃO DA BILHETICA	50 000,00 €	61 000,00 €	- €	- €	0%
392	50 000,00 €	50 000,00 €	- €	- €	0%
522	- €	11 000,00 €	- €	- €	0%
53 824	40 000,00 €	40 000,00 €	- €	- €	0%
REABILITAÇÃO DA ZONA BALNEAR DA PONTA DELGADA	40 000,00 €	40 000,00 €	- €	- €	0%
392	20 000,00 €	20 000,00 €	- €	- €	0%
513	20 000,00 €	20 000,00 €	- €	- €	0%
53 949	2 020 000,00 €	2 075 000,00 €	- €	- €	0%
GOLFE DO FAIAL	2 020 000,00 €	2 075 000,00 €	- €	- €	0%
392	2 000 000,00 €	2 000 000,00 €	- €	- €	0%
513	20 000,00 €	20 000,00 €	- €	- €	0%
522		55 000,00 €	- €	- €	0%
53 997	307 500,00 €	307 500,00 €	- €	- €	0%
MUSEU MAX	307 500,00 €	307 500,00 €	- €	- €	0%
513	7 500,00 €	7 500,00 €	- €	- €	0%

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 1º Trimestre 2026



Projeto/Designação	Orçamento Inicial 2026	Orçamento Corrigido	Dotação Cabimentada	Valor Executado	% de Execução
4MA	300 000,00 €	300 000,00 €	- €	- €	0%
54 011	- €	1 582 581,00 €	34 953,00 €	- €	0%
GARANTIAS BANCÁRIAS PTM	- €	1 582 581,00 €	34 953,00 €	- €	0%
522	- €	1 582 581,00 €	34 953,00 €	- €	0%
Total Geral	4 344 250,00 €	6 087 466,00 €	51 423,00 €	- €	0%

Fonte: Unidade de Gestão Financeira

Importa salientar que os dos projetos ainda não registaram execução financeira no período em análise, justificado pelo facto de estarem em curso os respetivos procedimentos concursais. Esta situação é expectável nesta fase considerando as diligências efetuadas no primeiro trimestre quanto à tramitação documental para a celebração de Contratos-Programa com o Governo Regional. Prevê-se assim, um aumento progressivo dos níveis de execução à medida que os contratos forem sendo adjudicados e as intervenções iniciadas no terreno.

5. Receitas Operacionais

As receitas obtidas no primeiro trimestre de 2026 ascenderam a 233 282€, apresentando uma execução de 62%.

QUADRO 9 – PRINCIPAIS RECEITAS OPERACIONAIS

Receitas Operacionais	PAO 2026	Execução 2026	
		Valor	%
Vendas e serviços prestados	234 387 €	170 284 €	73%
Transferências correntes e subsídios à exploração	- €	- €	0%
Outros rendimentos	140 227 €	62 998 €	45%
Total	374 614 €	233 282 €	62%

Fonte: Unidade de Gestão Financeira

No que concerne às Vendas e Serviços Prestados, há uma execução na ordem dos 73%.

6. Gastos Operacionais

Os gastos do primeiro trimestre de 2026 ascenderam a 315 800€, apresentando uma execução de 73%.

QUADRO 10 – GASTOS OPERACIONAIS

Gastos Operacionais	PAO 2026	Execução 2026	
		Valor	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- €	130 €	100%
Fornecimentos e serviços externos	195 445 €	30 458 €	16%
Gastos com o pessoal	235 476 €	282 000 €	120%
Outros gastos	2 000 €	3 213 €	161%
Total	432 920 €	315 800 €	73%

Fonte: Unidade de Gestão Financeira

Em relação à execução, podemos concluir:

- No que concerne aos Fornecimentos e Serviços Externos, a execução ficou aquém do previsto, resultando essencialmente de uma redução de serviços especializados, bem como outros serviços; e
- A rubrica despesas com pessoal registou uma execução de 120%, comparativamente ao PAO 2026, essencialmente devido à atualização salarial decorrente do Decreto-Lei 29-A/2026, de 30 de janeiro, ao aumento do número de órgãos sociais no período em análise, bem como ao regresso de uma trabalhadora que no ano transato se encontrava de baixa médica.

6.1. Fornecimento e Serviços Externos

A variação ocorrida na conta “Fornecimentos e Serviços Externos”, encontra-se explanada no quadro seguinte:

QUADRO 11 – FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

Conta 62	Fornecimentos e Serviços Externos	1º Trimestre		Variação
		2026	2025	%
6221	Trabalhos especializados	0,00	6 300,00	-100%
6222	Publicidade, comunicação e imagem	6 162,97	391,92	1473%
6226	Conservação e reparação	4 925,00	4 455,02	11%
6231	Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	103,49	209,68	-51%
6233	Material de escritório	0,00	108,59	-100%
6239	Outros materiais diversos de consumo	106,10	0,00	100%
6241	Eletricidade	6 382,20	10 015,47	-36%
6242	Combustíveis e lubrificantes	31,65	189,51	-83%
6243	Água	1 373,78	1 209,49	14%
6262	Comunicações	167,82	232,68	-28%
6263	Seguros	3 853,26	2 968,25	30%
6265	Contencioso e notariado	0,00	0,00	0%
6267	Limpeza, higiene e conforto	0,00	1 589,08	-100%
6269	Outros serviços	7 351,67	14 145,47	-48%
	Total	30 457,94	41 815,16	-27%

Fonte: Unidade de Gestão Financeira

A conta “Fornecimentos e Serviços Externos”, teve um decréscimo de 27%, comparativamente ao período homólogo.

Para este decréscimo contribuíram particularmente as diminuições verificadas nas rubricas de trabalhos especializados (serviços jurídicos), eletricidade, limpeza, higiene e conforto, material de escritório e outros serviços, com destaque para a prestação de serviços de nadadores salvadores. Em sentido contrário, destaca-se o aumento na publicidade e comunicação, seguros, água e manutenção.

6.2. Gastos com Pessoal

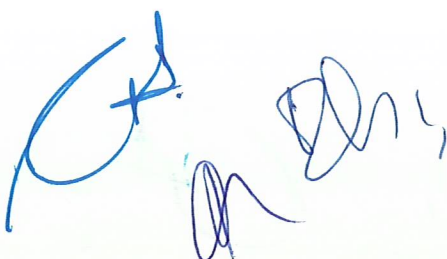
A variação ocorrida na conta “Gastos com o pessoal”, encontra-se explanada no quadro seguinte:

QUADRO 12 – GASTOS COM PESSOAL

Conta 63	Gastos com o pessoal	1º Trimestre		Varição
		2026	2025	%
631	Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	14 419,95	11 075,70	30%
632	Remunerações do pessoal	200 997,99	193 792,45	4%
634	Indeminizações	19 581,00	0,00	100%
635	Encargos sobre remunerações	47 000,83	44 832,17	5%
63511	Encargos com os Órgãos Sociais	3 071,49	2 581,58	19%
63512	Encargos com o restante pessoal	43 929,34	42 250,59	4%
638	Outros gastos com o pessoal	0,00	165,84	-100%
	Total	281 999,77	249 866,16	13%

Fonte: Unidade de Gestão Financeira

A conta “Gastos com o pessoal” registou uma variação positiva de 13%, essencialmente decorrente da atualização salarial prevista no Decreto-Lei n.º 29-A/2026, de 30 de janeiro, do aumento dos encargos com os órgãos sociais, tendo passado de dois para três órgãos executivos no período em análise, bem como do regresso de uma trabalhadora que, no ano transato, se encontrava em situação de baixa médica.



Demonstrações Financeiras

6.3. Demonstração de Resultados por Naturezas

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026**

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	1ª TRIMESTRE		31/dez/25
	2026	2025	
Vendas	2 745,84	2 484,15	12 865,69
Prestações de serviços	167 538,47	158 735,12	838 083,17
Transferencias correntes e subsídios à exploração obtidos			-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(130,01)		(2 165,70)
Fornecimentos e serviços externos	(30 457,94)	(41 815,16)	(335 091,32)
Gastos com o pessoal	(281 999,77)	(249 866,16)	(998 408,85)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			-
Outros rendimentos e ganhos	62 997,96	77 908,83	345 018,19
Outros gastos e perdas	(3 212,75)	(7 720,66)	(13 572,10)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento	(82 518,20)	(60 273,88)	(153 270,92)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(398 719,02)	(425 471,35)	(1 676 143,32)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	(481 237,22)	(485 745,23)	(1 829 414,24)
Juros e gastos similares suportados		-	
Resultado antes de impostos	(481 237,22)	(485 745,23)	(1 829 414,24)
Imposto sobre o rendimento		-	(519,25)
Resultado líquido do período	(481 237,22)	(485 745,23)	(1 829 933,49)

Fonte: Opção Divina

[Handwritten signatures and initials]

6.4. Balanço

BALANÇO EM 31 DE MARÇO DE 2026

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	1º TRIMESTRE		31/dez/25
	2026	2025	
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	48 605 541,23	50 238 071,86	49 004 260,25
Ativos intangíveis	-	-	-
Total de ativo não corrente	48 605 541,23	50 238 071,86	49 004 260,25
ATIVO CORRENTE			
Inventários	128 232,11	129 575,44	128 080,59
Clientes, contribuintes e utentes	58 120,93	18 057,22	48 708,91
Estado e outros entes públicos	164 823,43	148 948,23	177 533,07
Outras contas a receber	61 042,47	116 874,31	61 042,47
Caixa e depósitos	2 533 705,10	2 738 387,37	2 655 493,74
Total de ativo corrente	2 945 924,04	3 151 842,57	3 070 858,78
TOTAL DO ATIVO	51 551 465,27	53 389 914,43	52 075 119,03
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	45 853 940,00	47 872 710,00	45 853 940,00
Outros instrumentos de capital próprio	726 216,40	43 301 852,75	726 216,40
Prémios de emissão	-	4,94	-
Resultados transitados	(1 829 933,49)	(72 253 957,67)	-
Outras variações no Património Líquido	6 234 217,92	6 396 417,36	6 287 358,59
Resultado líquido do período	(481 237,22)	(485 745,23)	(1 829 933,49)
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	50 503 203,61	24 831 282,15	51 037 581,50
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Financiamentos obtidos	-	26 933 333,38	-
Passivos por impostos diferidos	829 208,66	958 047,67	837 360,58
Outras contas a pagar	-	-	-
Total do passivo não corrente	829 208,66	27 891 381,05	837 360,58
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	9 866,86	13 382,53	-
Estado e outros entes públicos	9 584,87	211 106,67	519,25
Financiamentos obtidos	-	-	-
Outras contas a pagar	199 601,27	442 762,03	199 657,70
Outros passivos financeiros	-	-	-
Total do passivo corrente	219 053,00	667 251,23	200 176,95
TOTAL DO PASSIVO	1 048 261,66	28 558 632,28	1 037 537,53
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO E PASSIVO	51 551 465,27	53 389 914,43	52 075 119,03

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Fonte: Opção Divina



No balanço de 31 de março de 2026, face a 31 de dezembro de 2025, há a assinalar principalmente o cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso.

6.5. Demonstração de Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(MÉTODO DIRECTO)

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	1º TRIMESTRE		31/dez/25
	2026	2025	
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes	188 176,34	180 293,98	953 906,94
Pagamentos a fornecedores	-20 917,18	-32 729,11	-371 787,44
Pagamentos ao pessoal	-282 049,69	-214 509,52	-998 757,69
Caixa gerada pelas operações	-114 790,53	-66 944,65	-416 638,19
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos	-6 998,11	-10 907,73	-451 205,46
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	-121 788,64	-77 852,38	-867 843,65
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	-19 115,36
Ativos intangíveis			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		8 358,97	8 358,97
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	0,00	8 358,97	-10 756,39
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	726 213,00
Cobertura de prejuízos			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	
Juros e gastos similares		0,00	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	0,00	0,00	726 213,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-121 788,64	-69 493,41	-152 387,04
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 655 493,74	2 807 880,78	2 807 880,78
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 533 705,10	2 738 387,37	2 655 493,74
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 655 493,74	2 807 880,78	2 807 880,78
- Equivalentes a caixa no início do período	0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período	0,00	0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior	2 655 493,74	2 807 880,78	2 807 880,78
De execução orçamental	0,00	2 714 323,84	2 714 323,84
De operações de tesouraria	91 061,94	93 556,94	93 556,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 533 705,10	2 738 387,37	2 655 493,74
- Equivalentes a caixa no fim do período	0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período	0,00	0,00	0,00
= Saldo da gerência seguinte	2 533 705,10	2 738 387,37	2 655 493,74
De execução orçamental	2 443 163,07	2 647 330,43	2 564 431,80
De operações de tesouraria	90 542,03	91 056,94	91 061,94

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Fonte: Opção Divina

7. Informações Adicionais

7.1. Pessoal

A estrutura de pessoal da SDNM, S.A. tem a seguinte composição:

- Órgãos Sociais – 1 (um) Presidente, 2 (dois) Vogais Executivos e 2 (dois) Vogais Não Executivos;
- Cargos de Direção e Chefia – 2 (dois), ambos Técnicos Superiores na sua carreira de origem;
- Técnico Superior – 6 (seis) trabalhadores, dos quais 1 (um) trabalhador está a exercer funções na SMD, S.A. ao abrigo de um acordo de cedência ocasional e 1 (um) trabalhador foi nomeado para Técnico Especialista de uma Secretaria Regional;
- Assistente Técnico – 24 (vinte e quatro) trabalhadores, dos quais 2 (dois) trabalhadores estão a exercer funções na SMD, S.A. ao abrigo de um acordo de cedência ocasional e 1 (um) encontra-se a exercer funções num Instituto Público ao abrigo de um Acordo de Cedência de Interesse Público;
- Assistente Operacional – 13 (treze) trabalhadores.

QUADRO 13 – QUADRO RESUMO DE PESSOAL – 1.º TRIMESTRE

TRABALHADORES ATIVOS	TRABALHADORES INATIVOS	ÓRGÃOS SOCIAIS	TOTAL
40	5	5	50

Fonte: Unidade de Gestão de Recursos Humanos

7.2. Evolução da dívida comercial

QUADRO 14 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA COMERCIAL

	1ºT 2025	2ºT 2025	3ºT 2025	4ºT 2025	1ºT 2026
Fornecedores C/C (221 - SNC-AP)	13 382,53	4 461,35	8 817,80	0,00	9 866,86
Fornecedores de Investimentos (271 - SNC-AP)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	13 382,53	4 461,35	8 817,80	0,00	9 866,86

Fonte: Unidade de Gestão Financeira

7.3. Evolução do prazo médio dos recebimentos

QUADRO 15 – EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DOS RECEBIMENTOS

PRAZO	1ºT 2025	2ºT 2025	3ºT 2025	4ºT 2025	1ºT 2026
PMR (em dias)	10	6	4	91	32

Fonte: Unidade de Gestão Financeira

7.4. Evolução do prazo médio de pagamentos

QUADRO 16 – EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

PRAZO	1ºT 2025	2ºT 2025	3ºT 2025	4ºT 2025	1ºT 2026
PMP (em dias)	29	4	5	0	30

Fonte: Unidade de Gestão Financeira

24

8. Conclusão

O Conselho de Administração e todos os seus colaboradores continuam empenhados na melhoria dos resultados e na sustentabilidade da SDNM, em cumprimento dos objetivos definidos para o ano de 2026.

Paralelamente, existe a procura contínua no financiamento, quer através de financiamento comunitário, quer através dos mecanismos previstos na lei, de modo a diminuir a dependência do acionista e, como tal, aliviar o ORAM.

Importa ainda destacar o relevante papel de serviço público assegurado pelas Sociedades, nomeadamente através da disponibilização e manutenção de espaços de acesso livre ao público em geral, como as Frentes Marítimas, contribuindo para a valorização do território, bem-estar das populações e atratividade turística da Região.

Funchal, 30 de abril de 2026

O Conselho de Administração,

A Presidente,



(Élia Fátima da Silva Rodrigues Ribeiro)

Os Vogais Executivos,



(Fátima Carvalho Correia)



(Elias Homem de Gouveia)



Relatório Trimestral de Execução Orçamental 1.º Trimestre 2026



Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.

Relatório do Órgão de Fiscalização

1º Trimestre de 2026

Abril de 2026

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Avenida 5 de Outubro nº 124 7º | 1050-061 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 |

Capital Social €47.500 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Índice

1. Nota Introdutória	3
2. Contabilidade Orçamental	4
2.1. Execução Orçamental da Receita	4
2.2. Execução Orçamental da Despesa	5
3. Conclusões	6
4. Nota Final	7

1. Nota Introdutória

À Secretaria Regional das Finanças,
Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas,
Direção Regional do Orçamento e Tesouro e Inspeção Regional de Finanças

Exmos. Senhores,

O presente relatório é elaborado nos termos da alínea i), do nº 1, do art. 42.º do RISERAM – Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira, do constante da alínea e) do nº 1 do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril, e do contrato celebrado entre as Sociedades de Desenvolvimento e a PKF & Associados, SROC, Lda. para o triénio 2026-2028.

Procedemos à análise da situação económico-financeira da Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. (doravante “SDNM” ou “Sociedade”), relativa ao primeiro trimestre de 2026, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- i) Reuniões com o Conselho de Administração e outros responsáveis, tendo sido solicitados e obtidos todos os esclarecimentos que considerámos necessários;
- ii) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade;
- iii) Verificação da conformidade do relatório de execução orçamental do primeiro trimestre com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte e explicação dos principais desvios e variações.

Dada a inexistência de qualquer disposição legal que imponha à Sociedade a obrigatoriedade de preparação de um conjunto completo de demonstrações financeiras reportados a 31 de março de 2026, o nosso trabalho foi desenvolvido com base nos balancetes da contabilidade patrimonial e orçamental disponibilizados e no relatório de execução orçamental preparado pela SDNM com referência ao primeiro trimestre de 2026, incluindo o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e os mapas de controlo orçamental da despesa e da receita.

Caso tivessem sido preparadas demonstrações financeiras completas com referência àquela data, outras situações poderiam manifestar-se passíveis de relato no presente relatório. No entanto, nos pontos seguintes, levamos ao conhecimento de V. Exas., as conclusões e recomendações que consideramos relevantes, face às situações identificadas no decurso do nosso trabalho.

2. Contabilidade Orçamental

2.1. Execução Orçamental da Receita

Relativamente ao orçamento da receita, as taxas de execução a 31 de março de 2026 são as seguintes:

Designação	2026			2025		
	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Grau Execução	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Grau Execução
RECEITAS CORRENTES	1 475 020	193 198	13,1%	887 788	180 644	20,3%
Transferências Correntes	300 000	0	0,0%	122 191	0	0,0%
Venda de bens e serviços correntes	1 171 934	191 493	16,3%	745 597	180 294	24,2%
Outras receitas correntes	3 086	1 705	55,3%	20 000	351	1,8%
RECEITAS DE CAPITAL	5 134 332	0	0,0%	1 703 594	8 359	0,5%
Venda de bens de investimento	189 000	0	0,0%	160 287	0	0,0%
Transferências de capital	4 181 000	0	0,0%	550 000	8 359	1,5%
Ativos financeiros	764 332	0	0,0%	993 307	0	0,0%
OUTRAS RECEITAS	2 564 433	2 564 432	100,0%	2 714 325	2 714 324	100,0%
Saldo da gerência anterior	2 564 433	2 564 432	100,0%	2 714 325	2 714 324	100,0%
TOTAL	9 173 785	2 757 630	30,1%	5 305 707	2 903 327	54,7%

Fonte: Balancetes analíticos da Sociedade referentes ao 1º Trimestre.

No que respeita ao orçamento da receita, a taxa de execução verificada em 31 de março de 2026 ascende a 30,1%, que se traduz em 2.757.630 euros em termos absolutos, diminuindo cerca de 146.000 euros face ao registado em período homólogo. O grau de execução justifica-se, essencialmente, nos pontos seguintes:

- ✓ O “Saldo da gerência anterior” encontra-se totalmente integrado, sendo este inferior em cerca de 150.000 euros, comparativamente ao registado em igual trimestre do ano anterior.
- ✓ As “Transferências de capital” registaram um decréscimo de aproximadamente 8.000 euros face ao período homólogo, explicado, essencialmente, pelo facto de os investimentos previstos e enquadrados nos contratos-programa ainda se encontrarem em fase de procedimento concursal, não tendo, por conseguinte, ocorrido a respetiva execução financeira nem o recebimento das verbas associadas.

2.2. Execução Orçamental da Despesa

Relativamente ao orçamento da despesa, as taxas de execução a 31 de março de 2026 apresentam-se da seguinte forma:

Designação	2026			2025		
	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Grau Execução	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Grau Execução
DESPESAS CORRENTES	3 086 319	314 467	10,2%	2 876 126	255 997	8,9%
Despesas com pessoal	1 624 206	285 525	17,6%	1 774 768	214 510	12,1%
Aquisição de bens e serviços	1 201 613	18 965	1,6%	838 848	32 729	3,9%
Juros e outros encargos	500	0	0,1%	500	1	0,2%
Transferências correntes	10 000	333	3,3%	10 000	1 285	12,9%
Outras despesas correntes	250 000	9 644	3,9%	252 010	7 472	3,0%
DESPESAS DE CAPITAL	6 087 466	0	0,0%	2 429 581	0	0,0%
Aquisição de bens de capital	6 087 466	0	0,0%	2 429 581	0	0,0%
TOTAL	9 173 785	314 467	3,4%	5 305 707	255 997	4,8%

Fonte: Balancetes analíticos da Sociedade referentes ao 1º Trimestre.

Conforme ilustra o quadro acima, a execução orçamental da despesa no corrente trimestre situa-se em 3,4%, representando um total de despesa paga pela Sociedade de 314.467 euros. Verifica-se um aumento de cerca de 58.000 euros face à realizada no período homólogo.

Devido a esta alteração, gostaríamos de evidenciar as seguintes situações que, de certa forma, justificam o grau de execução registado no orçamento da despesa com referência a 31 de março de 2026:

- ✓ As “Despesas com o pessoal” apresentam um incremento de cerca de 71.000 euros, o qual se encontra essencialmente justificado pela atualização salarial entretanto ocorrida, bem como pelo regresso de uma trabalhadora que no período homólogo se encontrava ausente por motivo de baixa médica.
- ✓ Em sentido inverso, a rubrica “Aquisição de bens e serviços” evidencia uma diminuição de cerca de 14.000 euros face ao período homólogo, refletindo essencialmente a redução das despesas correntes associadas à atividade operacional.

3. Conclusões

Salientamos que foi desenvolvido um processo de inventariação e reconciliação físico-contabilística do património, cujos efeitos a Entidade estima refletir no âmbito do processo de fusão das Sociedades de Desenvolvimento.

Assim sendo, a informação anterior não origina nesta fase uma alteração na nossa opinião com reservas incluída na Certificação Legal de Contas relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 desta Sociedade, que abaixo reproduzimos:

“No decurso do trabalho por nós realizado, verificámos que a rubrica de Ativos Fixos Tangíveis inclui cerca de 49.004 milhares de euros relativos a terrenos e edifícios, relativamente aos quais não conseguimos concluir de forma inequívoca sobre eventuais situações de perdas por imparidade.

Em resultado deste facto, não estamos habilitados a emitir opinião sobre a rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis” evidenciada no Balanço e sobre o saldo de “Gastos de Depreciação e de Amortização” evidenciada na Demonstração dos Resultados por Naturezas com referência a 31 de dezembro de 2025.

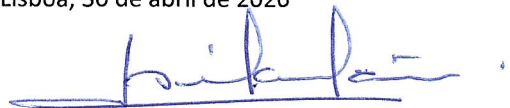
Importa salientar que foi desenvolvido um processo de inventariação e reconciliação físico-contabilística do património, cujos efeitos a Entidade estima refletir no âmbito do processo de fusão das Sociedades de Desenvolvimento, a concretizar previsivelmente no exercício de 2026, de modo a assegurar que quaisquer ajustamentos sejam refletidos de forma consolidada e apropriada no contexto da reestruturação e racionalização do setor empresarial público regional.”

4. Nota Final

De acordo com a nossa prática habitual, que tem em vista maximizar sempre a utilidade da nossa colaboração, ficamos ao inteiro dispor, para prestarmos os esclarecimentos adicionais que eventualmente, considerem úteis e necessários.

Cumpre-nos, finalmente, salientar e agradecer a cooperação que temos recebido por parte do Conselho de Administração e dos diversos colaboradores das Sociedades de Desenvolvimento com que contactámos, bem como o interesse na apreciação das observações e recomendações por nós efetuadas.

Lisboa, 30 de abril de 2026



PKF & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por José de Sousa Santos (ROC n.º 804 | CMVM n.º 20160434)